

PROCESSO Nº [.]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [.] /2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI [·]/2026

ANEXO 06

PENALIDADES

CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA ADUTOR REGIONAL PCJ, A OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS BARRAGENS PEDREIRA E DUAS PONTES E DE UNIDADE DE TRATAMENTO DO RIO CAMANDUCAIA, E A OPERACIONALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA BRUTA

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

ÍNDICE

1.	APRESENTAÇÃO	3
2.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
3.	PROCEDIMENTO	4
4.	ADVERTÊNCIA	7
5.	MULTA.....	7
6.	IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA DO ESTADO DE SÃO PAULO E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	10
7.	CÁLCULO DAS PENALIDADES	11
8.	TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES	12

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

1. APRESENTAÇÃO

- 1.1. A aplicação das penalidades seguirá o regramento estabelecido no presente ANEXO, observadas as normas gerais da Cláusula 44 do CONTRATO e a legislação aplicável.
- 1.2. O presente ANEXO, em complemento ao CONTRATO, objetiva regular as penalidades aplicáveis no âmbito da CONCESSÃO, tipificar as infrações contratuais e detalhar o procedimento administrativo de aplicação das penalidades contratuais, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 1.3. A aplicação das penalidades previstas neste ANEXO e seu cumprimento não prejudicam a aplicação de outras sanções previstas no EDITAL, no CONTRATO e demais ANEXOS, na legislação e na regulação pertinente, aos quais a CONCESSIONÁRIA se sujeita.

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 2.1. A aplicação das penalidades não se confunde com a aferição dos INDICADORES DE DESEMPENHO e suas consequências.
- 2.2. Nas hipóteses em que as infrações já estejam expressamente descritas e tipificadas na TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES, os níveis e grupos das penalidades respectivas já foram fixados de forma a guardar proporcionalidade à correlata infração.
- 2.2.1. A divisão das penalidades em seções e subseções na TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES objetiva facilitar a aplicação de suas disposições.
- 2.2.2. A data-base das Tabelas, constantes deste ANEXO é referente a abril/2026, sendo que os valores das multas serão reajustados pelo IPCA/IBGE para o mês anterior ao pagamento dos valores devidos.
- 2.3. Nas hipóteses em que uma conduta corresponda a mais de uma infração, dentre as previstas neste ANEXO, será observado o princípio da especialidade, aplicando-se a penalidade correspondente à infração mais específica, vedada a cumulação de infração mais genérica relativa à mesma conduta.
- 2.4. Nas infrações que comprovadamente decorram de força maior e/ou caso fortuito, de situações que configurem inexigibilidade de conduta diversa ou de fatos decorrentes de riscos alocados ao PODER CONCEDENTE, não será aplicável penalidade à CONCESSIONÁRIA, desde que o evento alheio à culpa e responsabilidade da CONCESSIONÁRIA seja a razão direta e imediata da conduta infracional.
- 2.4.1. Se identificado que a infração teria ocorrido, ainda que hipoteticamente não se verificasse o evento de força maior e/ou caso fortuito ou o risco alocado ao PODER CONCEDENTE, será aplicável penalidade à CONCESSIONÁRIA.
- 2.4.2. Para os fins de aplicação das penalidades, considera-se:
- i. Força maior e caso fortuito: o evento assim definido na forma da lei civil e que seja causa direta e imediata de uma infração no âmbito do CONTRATO;
 - ii. Inexigibilidade de conduta diversa: a situação que, apesar de configurar infração prevista no presente ANEXO ou no CONTRATO, não resulta de culpa da CONCESSIONÁRIA, que diligentemente adotou as medidas que lhe cabiam para produzir resultado diverso, devidamente demonstradas e inequivocamente comprovadas no correspondente processo.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

2.5. Concomitantemente ao processo administrativo sancionatório para a aplicação das penalidades previstas na Tabela de Multas, nos casos em que os efeitos do descumprimento perdurem no tempo, a ARSESP, a seu critério, poderá conceder período adicional para a correção das irregularidades verificadas pela fiscalização, nos termos do CONTRATO, que seja tecnicamente compatível para a realização da obrigação contratual não executada.

2.5.1. O não cumprimento da obrigação dentro do novo prazo estipulado acarretará a cobrança de multa moratória à razão de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da penalidade aplicada, a contar do primeiro dia subsequente ao vencimento do prazo estipulado até o cumprimento da obrigação.

2.5.2. As multas moratórias, quando aplicadas, não poderão ultrapassar o valor da parcela da obrigação ainda não cumprida.

2.5.3. Decorrido o prazo assinalado pela ARSESP com a correção da irregularidade apontada, a penalidade aplicável pela ARSESP restringir-se-á ao valor previsto neste ANEXO, sem a incidência da multa moratória descrita no item 2.5.1.

2.6. Consideram-se infrações por mora aquelas que decorram do descumprimento de cronogramas ou de datas objetivamente estabelecidos no CONTRATO, ANEXOS e nos planos previstos.

2.6.1. As infrações por mora perdurarão até que a CONCESSIONÁRIA adimpla, ainda que extemporaneamente, a obrigação, purgando a mora, observando-se, para sua determinação, o disposto nos itens 2.5.1 e 2.5.2.

2.7. A ARSESP poderá, além de aplicar a penalidade à CONCESSIONÁRIA após o devido processo legal, exigir a devolução de eventual benefício financeiro que a CONCESSIONÁRIA tenha auferido, ainda que em forma de economia, em razão da prática de ato tido como infração, de modo a se evitar o enriquecimento ilícito da CONCESSIONÁRIA.

2.8. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver, instalar e manter, ao longo de todo o prazo da CONCESSÃO, sistema digital via web específico para gerenciamento das informações, dados e documentos relacionados às penalidades aplicadas pela ARSESP e respectivos procedimentos ou processos administrativos instaurados.

2.8.1. A CONCESSIONÁRIA poderá fornecer aos FINANCIADORES, mediante solicitação, acesso ao sistema de que trata o item 2.8.

2.9. O cumprimento das penalidades impostas pela ARSESP não exime a CONCESSIONÁRIA do fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades previstas no CONTRATO e ANEXOS, bem como da reparação de eventuais perdas e danos causados ao PODER CONCEDENTE ou a terceiros, em decorrência das atividades relacionadas com a CONCESSÃO.

3. PROCEDIMENTO

3.1. A apuração das infrações, bem como a aplicação das penalidades e/ou de quaisquer outras medidas restritivas de direitos previstas no CONTRATO e neste ANEXO, ressalvada a imposição de medidas acautelatórias pela ARSESP, serão precedidas da instauração de processo administrativo sancionatório, regido pela Lei Estadual nº 10.177/1998, e seguirão o regramento estabelecido no CONTRATO e neste ANEXO, e subsidiariamente em regulamentação da ARSESP, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei.

PROCESSO Nº [.]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [.] /2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 3.1.1. Constatado algum tipo de infração contratual no exercício da fiscalização, que importe em potencial aplicação de penalidade à CONCESSIONÁRIA, a ARSESP deverá lavrar TERMO DE FISCALIZAÇÃO, contendo:
- i. Descrição do(s) fato(s) constatado(s);
 - ii. Indicação de eventual reincidência, constando a data da última ocorrência, se o caso;
 - iii. Enquadramento do fato constatado com as infrações previstas neste ANEXO, ou, caso não haja tipificação específica, com descumprimento de obrigações previstas no CONTRATO, no EDITAL e em seus ANEXOS, na legislação e/ou regulamentação aplicáveis; e
 - iv. Indicação da penalidade cabível, observados os critérios deste ANEXO.
- 3.1.2. Aplicam-se aos procedimentos relativos à instrução dos processos administrativos sancionatórios as normas expedidas pela ARSESP sobre a matéria.
- 3.1.3. O processo de aplicação das penalidades terá início com a notificação da CONCESSIONÁRIA pela ARSESP, devidamente instruída, da qual deverá constar a descrição da irregularidade, assinalando-se prazo para apresentação de defesa prévia, nos termos da regulação emitida pela ARSESP.
- 3.1.4. Eventuais erros de enquadramento ou de indicação da penalidade cabível pelo TERMO DE FISCALIZAÇÃO poderão ser sanados no âmbito do processo administrativo sancionador, sendo devolvido o prazo de defesa da CONCESSIONÁRIA, caso do saneamento resulte alguma nova informação de natureza fática.
- 3.2. No TERMO DE FISCALIZAÇÃO, ou em qualquer fase do processo administrativo instaurado para apurar eventual descumprimento contratual, poderá a ARSESP, por iniciativa própria ou mediante provocação, determinar a adoção de medida preventiva ou mitigadora, quando houver indício ou fundado receio de que a CONCESSIONÁRIA, direta ou indiretamente, possa causar à coletividade lesão irreparável ou de difícil reparação, ou possa tornar ineficaz o resultado do processo.
- 3.2.1. O descumprimento das medidas preventivas ou mitigadoras determinadas pela ARSESP configurará circunstância agravante.
- 3.3. É possível o processamento de infrações de idêntica tipificação em um mesmo processo administrativo sancionatório, caso em que a eventual aplicação de penalidade considerará a soma do número de infrações cometidas.
- 3.3.1. Na hipótese de cumulação de infrações com idêntica tipificação em um mesmo processo administrativo sancionatório, a verificação das circunstâncias atenuantes e agravantes previstas neste ANEXO, caso alegadas em defesa prévia por parte da CONCESSIONÁRIA, será considerada separadamente.
- 3.3.2. Constatada a ocorrência de circunstâncias atenuantes e agravantes previstas neste ANEXO para apenas uma ou parte das infrações apuradas, a ARSESP poderá aplicar penalidades separadamente.
- 3.4. Se a GARANTIA DE EXECUÇÃO vigente for na modalidade de seguro-garantia, a ARSESP poderá, a seu critério, levar ao conhecimento da seguradora a abertura de processo administrativo sancionatório, no intuito de assegurar eventual direito à indenização.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 3.4.1. Somente será apreciado pedido da CONCESSIONÁRIA de produção de provas, caso a CONCESSIONÁRIA, em sua defesa, indique especificamente quais provas pretende produzir, sua finalidade, e a justificativa para a dilação probatória.
- 3.5. Citada mediante recibo ou por meio eletrônico, caberá à CONCESSIONÁRIA a apresentação de defesa, instruindo-a com os elementos probatórios que julgar convenientes.
- 3.6. Não acolhidas as razões apresentadas pela CONCESSIONÁRIA, ou transcorrido o prazo legal sem apresentação de defesa, e concluindo-se pela ocorrência de infração contratual, será aplicada a sanção cabível, intimando-se a CONCESSIONÁRIA.
- 3.6.1. A intimação sobre a aplicação de penalidades será realizada por meio de notificação escrita, mediante recibo ou enviada eletronicamente, sem prejuízo de outros meios previstos em regulamentação da ARSESP.
- 3.6.2. A CONCESSIONÁRIA deverá manter atualizado junto à ARSESP e ao PODER CONCEDENTE o endereço eletrônico pelo qual receberá quaisquer citações, notificações, intimações ou comunicações relativas ao presente CONTRATO, adotando-se como termo inicial para a contagem de prazos o dia útil imediatamente subsequente ao envio da comunicação eletrônica.
- 3.7. Na hipótese de eventual penalidade aplicada pela ARSESP, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação pela CONCESSIONÁRIA, uma única vez, diretamente à autoridade hierarquicamente superior, no âmbito da ARSESP, à que prolatou a decisão.
- 3.7.1. O prazo previsto no item 3.7 se aplica aos pedidos de reconsideração, passíveis de apresentação uma única vez.
- 3.8. Salvo disposição específica, os prazos serão contados em dias úteis com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.
- 3.8.1. Salvo nos casos expressamente previstos no CONTRATO DE CONCESSÃO, só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente no órgão ou entidade.
- 3.8.2. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se, no dia do vencimento, o expediente for encerrado antes do horário normal.
- 3.8.3. Os prazos de meses e anos expiram no dia de igual número do de início, ou no imediatamente seguinte, se faltar exata correspondência.
- 3.8.4. Será considerado “mês”, para os fins deste ANEXO, o período contado do dia do início ao dia correspondente do mês seguinte, na forma prevista na Lei Federal nº 810/1949, em vigor.
- 3.8.5. Os prazos fixados por hora contar-se-ão de minuto a minuto.
- 3.9. Considera-se reincidência, para fins deste CONTRATO, a prática de uma mesma infração, dentro do período de 12 (doze) meses, contados da data da primeira infração cometida pela CONCESSIONÁRIA, conforme registrado no TERMO DE FISCALIZAÇÃO.
- 3.9.1. Para fins de caracterização da reincidência, é desnecessário que, à época da prática da infração reincidente, tenha havido condenação, ou mesmo instauração de processo administrativo sancionatório, referente à infração anterior.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 3.9.2. A condenação em sede administrativa pela infração anterior é condição para a aplicação da agravante da reincidência na penalidade da infração posterior.
- 3.9.3. Se, quando da aplicação da penalidade da infração posterior, a condenação pela infração anterior não for definitiva na esfera administrativa, será considerada, a título precário, a aplicação da agravante da reincidência na penalidade da infração posterior, cujos efeitos deverão ser automaticamente desconsiderados, independentemente de solicitação expressa da CONCESSIONÁRIA, na hipótese de não mais subsistir, a qualquer momento e por qualquer razão, a condenação pela infração anterior.
- 3.9.4. O procedimento para compensação decorrente da posterior exclusão da agravante, no caso de não subsistir mais a condenação pela infração anterior, iniciar-se-á de imediato assim que tal fato for constatado pela ARSESP, ou apontado pela CONCESSIONÁRIA, se o caso.

4. ADVERTÊNCIA

4.1. A penalidade de advertência poderá ser aplicada, em substituição à penalidade de multa, em razão do cometimento de infração da categoria Leve, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

- 4.1.1. a CONCESSIONÁRIA solicite formalmente a aplicação da advertência, mediante reconhecimento do cometimento da infração objeto da apuração, no prazo definido para apresentação da defesa no processo administrativo;
- 4.1.2. a CONCESSIONÁRIA demonstre ter adotado as medidas necessárias à efetiva correção da falta, resultando em comprovada cessação da infração até a data da solicitação;
- 4.1.3. a CONCESSIONÁRIA demonstre ter adotado as medidas cabíveis para evitar a ocorrência de falta semelhante;
- 4.1.4. não tenham sido causados danos significativos pela infração à ARSESP, ao PODER CONCEDENTE, aos SERVIÇOS e terceiros; e
- 4.1.5. não tenha sido verificada reincidência, observado o disposto no item 3.9 deste ANEXO.

5. MULTA

5.1. Serão aplicadas multas em consequência de infrações praticadas pela CONCESSIONÁRIA às Cláusulas contidas no CONTRATO e ANEXOS, de acordo com as regras previstas no presente ANEXO, observado o disposto na Cláusula 41 do CONTRATO.

5.2. Na hipótese de descumprimento pela CONCESSIONÁRIA de qualquer obrigação prevista no EDITAL, no CONTRATO ou nos seus ANEXOS, para a qual não houver cominação de multa específica, esta será calculada usando como referência os valores previstos para infrações similares tipificadas na Tabela 2, sempre respeitando os valores mínimos e máximos previstos neste ANEXO, garantindo-se a proporcionalidade entre a infração e a correspondente sanção, mediante observância dos seguintes critérios, quando cabíveis:

- i. a natureza e a gravidade da infração;
- ii. a presença de dolo da CONCESSIONÁRIA ou de seus prepostos;

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- iii. o dano resultante à ARSESP, ao PODER CONCEDENTE, aos SERVIÇOS ou a terceiros;
- iv. as vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;
- v. a adoção de medidas pela CONCESSIONÁRIA para minimizar os danos causados pela infração;
- vi. a situação econômica e financeira da CONCESSIONÁRIA, em especial a sua capacidade de honrar com compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução do CONTRATO; e
- vii. os antecedentes da CONCESSIONÁRIA.

5.3. O valor-base da multa, definido na Tabela 2 ou através da sistemática do item 5.2, poderá ser aumentado ou reduzido, em razão da presença das circunstâncias agravantes e atenuantes.

5.3.1. É considerada circunstância atenuante:

- i. O reconhecimento do cometimento da infração objeto da apuração, bem como da sua responsabilidade, no âmbito do processo administrativo sancionatório:
 - a. No prazo para apresentação da defesa: redução de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa, desde que a CONCESSIONÁRIA, após o devido processo administrativo, pague espontaneamente a multa.
 - b. Anteriormente à prolação de decisão condenatória: redução de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa, desde que a CONCESSIONÁRIA, após o devido processo administrativo, pague espontaneamente a multa.
 - c. Após a prolação de decisão condenatória e antes da prolação de decisão em sede de recursos administrativo: redução de 10% (dez por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa, desde que a CONCESSIONÁRIA, após o devido processo administrativo, pague espontaneamente a multa.

5.3.2. São consideradas circunstâncias agravantes:

- i. Ter a infração sido cometida mediante fraude ou má-fé: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- ii. Não adoção de medidas alternativas e/ou mitigadoras, no prazo e nos termos recomendados pelo PODER CONCEDENTE ou pela ARSESP: acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- iii. exposição de terceiros ao risco de integridade física: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- iv. destruição de bens públicos: acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- v. a prática da infração para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outra infração: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
- vi. resultarem da infração danos irreversíveis ao SERVIÇO e/ou terceiros: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa; e

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- vii. caracterização de reincidência: acréscimo de 20% sobre o valor base estabelecido para a multa.
- 5.3.3. As somas dos percentuais atribuídos às circunstâncias atenuantes e agravantes não poderão, cada uma, exceder o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor base da multa previsto para a infração concretamente praticada.
- 5.3.4. Não poderão ser reconhecidas, cumulativamente, as situações agravantes e atenuantes, prevalecendo as agravantes.
- 5.3.5. A eficácia das atenuantes previstas no item 5.3.1 submete-se à condição suspensiva correspondente ao pagamento espontâneo, pela CONCESSIONÁRIA, da multa calculada e aplicada ao final do devido processo administrativo. A superação do prazo estabelecido para a satisfação da multa, sem o seu incondicionado pagamento, importará na desconsideração da atenuante aplicada e na adoção das medidas legal ou contratualmente previstas para a cobrança da multa.
- 5.4. No caso de aplicação de multa, após decisão administrativa da qual não caiba mais recurso administrativo, os valores devidos pela CONCESSIONÁRIA poderão ser descontadas da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA, nos termos do ANEXO 04 – MECANISMO DE PAGAMENTO.
- 5.4.1. O valor a ser descontado mensalmente da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA EFETIVA, nos termos do item 5.4, não poderá superar 5% (cinco por cento) da soma das PARCELAS OPEX FIXO, OPEX UTR e OPEX VARIÁVEL SAR-PCJ da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL.
- 5.4.2. Caso a multa devida pela CONCESSIONÁRIA supere o limite indicado no item 5.4.1 acima, a operação poderá ser repetida até a quitação integral do montante devido.
- 5.4.3. Caso, por qualquer motivo, a dedução indicada no item 5.4 acima não seja realizada, incluindo a inviabilidade, por qualquer razão, devidamente motivada e aceita pela ARSESP, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar o pagamento em até 30 (trinta) dias corridos contados da decisão administrativa definitiva, devendo o comprovante de pagamento ser apresentado nos autos do processo administrativo sancionatório no mesmo prazo. A não apresentação do comprovante de pagamento acarretará a reclamação de sinistro em face da seguradora, sem que outras providências sejam necessárias.
- 5.4.4. A CONCESSIONÁRIA tem plena ciência de que a ARSESP poderá levar ao conhecimento da respectiva seguradora a abertura de processo administrativo sancionatório, no intuito de assegurar seu eventual direito à indenização, respeitados os direitos ao contraditório e à ampla defesa.
- 5.4.5. O não pagamento de multa eventualmente aplicada à CONCESSIONÁRIA, no prazo estipulado neste ANEXO, importará na incidência automática de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e na correspondente correção monetária pelo IPCA/IBGE, pro rata die, a contar da data do respectivo vencimento e até a data do efetivo pagamento. As penalidades pecuniárias eventualmente aplicadas à CONCESSIONÁRIA deverão ser recolhidas na forma da regulamentação vigente, sem prejuízo da inscrição do débito inadimplido no CADIN estadual e na Dívida Ativa.
- 5.4.6. O não recolhimento de qualquer multa devida, nos termos e prazo fixados, caracterizará falta grave, ensejando a execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO, nos termos da Cláusula 35 do CONTRATO, sem que outras providências sejam necessárias.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

5.5. No processo de cálculo do valor da multa aplicável às infrações relacionadas à execução das OBRAS DO SAR-PCJ, nos termos da Tabela 2, poderão ser considerados adimplementos parciais.

5.5.1. Na hipótese de ocorrência da situação prevista neste item, os valores indicados na Tabela 1 serão reduzidos de forma proporcional ao efetivo ganho operacional propiciado pela parte da infraestrutura entregue em comparação com o contratualmente exigido.

5.6. As multas aplicáveis às infrações de natureza continuada incidirão da data de início do descumprimento da obrigação até a data de retomada do cumprimento da obrigação, ou da data de decurso do prazo fixado, contratualmente ou por determinação da ARSESP, até a data em que seja verificado o adimplemento da obrigação ou o atendimento da determinação, sem necessidade de nova intimação para tanto.

5.6.1. Para efeito de cessação do cômputo da multa aplicável às infrações de natureza continuada, caberá à CONCESSIONÁRIA comunicar à ARSESP a retomada do cumprimento da obrigação contratual ou o atendimento da determinação fixada, apresentando provas inequívocas dos fatos alegados, mediante o encaminhamento de relatórios que contenham laudos, inclusive fotográficos, se necessário, ou por outros meios aptos à comprovação das informações apresentadas.

5.6.2. Nas infrações com multas de incidência mensal, a fração de mês será considerada como mês integral:

- i. independentemente do número de dias, no primeiro mês em que ocorrer a infração;
- ii. se igual ou superior a 15 (quinze) dias, nos demais meses.

6. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA DO ESTADO DE SÃO PAULO E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

6.1. O impedimento de licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA direta ou indireta do Estado de São Paulo e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderão ser aplicadas, respeitadas as regras legais de competência, no caso de práticas reiteradas de infrações contratuais ou regulamentares, bem como no caso de infrações que causem grave lesão ao interesse público, além das situações previstas na legislação e nas normas aplicáveis, destacando-se aquelas previstas no artigo 156, §§ 4º e 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021, quando conduzirem à decretação da caducidade da CONCESSÃO, considerando-se, ainda, as seguintes circunstâncias, com vistas à garantia dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade:

- i. a natureza e a gravidade da infração;
- ii. a presença de dolo da CONCESSIONÁRIA ou de seus prepostos;
- iii. o dano resultante à ARSESP, ao PODER CONCEDENTE, aos SERVIÇOS ou a terceiros;
- iv. as vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;
- v. a adoção de medidas pela CONCESSIONÁRIA para minimizar os danos causados pela infração;
- vi. a situação econômica e financeira da CONCESSIONÁRIA, em especial a sua capacidade de honrar com compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução do CONTRATO; e

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

vii. os antecedentes da CONCESSIONÁRIA.

6.2. A penalidade de impedimento de contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA direta ou indireta do Estado de São Paulo será aplicada por prazo não superior a 3 (três) anos.

6.3. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA será aplicada pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

6.3.1. A reabilitação deverá ser requerida perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente: (i) reparação integral do dano causado à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; (ii) pagamento de multa; (iii) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade; (iv) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo; e (v) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos elencados neste subitem.

7. CÁLCULO DAS PENALIDADES

7.1. Os valores das penalidades serão calculados nos termos da Tabela 1, cujo valor base corresponde à soma das soma das PARCELAS OPEX FIXO, OPEX UTR e OPEX VARIÁVEL SAR-PCJ da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, que deverá ser atualizado segundo sistemática prevista no CONTRATO.

Tabela 1 – Gradações e Percentuais sobre valor base

GRADAÇÃO	PERCENTUAL
Leve	0,25%
Média	0,50%
Grave	1,00%
Gravíssima	2,50%

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

8. TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES

Tabela 2 – Infrações Gradação e Incidência

ITEM	INFRAÇÃO	GRADAÇÃO	INCIDÊNCIA
CONDIÇÕES DE EFICÁCIA			
1.	Impor, nos contratos com CERTIFICADOR INDEPENDENTE e VERIFICADOR INDEPENDENTE, condicionamentos que exijam a prévia ciência, anuência, contratação ou aprovação da CONCESSIONÁRIA, da ARSESP ou do PODER CONCEDENTE quanto ao teor ou conteúdo dos documentos a serem produzidos e/ou impor o encaminhamento prévio do relatório a qualquer das PARTES em detrimento da outra como requisitos para realização dos pagamentos devidos.	Grave	Por ocorrência
2.	Descumprir os prazos previstos no ANEXO 08 – DIRETRIZES PARA CONTRATAÇÃO DE VERIFICADOR INDEPENDENTE E CERTIFICADOR INDEPENDENTE, para a contratação do CERTIFICADOR INDEPENDENTE e o VERIFICADOR INDEPENDENTE.	Leve	Semanal
GARANTIA DE EXECUÇÃO			
3.	Não prestar a GARANTIA DE EXECUÇÃO nos termos do CONTRATO.	Grave	Diária
4.	Não renovar ou manter em vigor a GARANTIA DE EXECUÇÃO nos termos da Cláusula 35 do CONTRATO.	Grave	Diária
PLANO DE SEGUROS			

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

5.	Não contratar, renovar ou manter em vigor seguro do tipo “todos os riscos” para danos materiais aos BENS DA CONCESSÃO, nos termos da Cláusula 34.2.1 do CONTRATO.	Média	Diária
6.	Não contratar, renovar ou manter em vigor seguro de responsabilidade civil, nos termos da Cláusula 34.2.2 do CONTRATO.	Média	Diária
7.	Não contratar, renovar ou manter em vigor seguro de riscos de engenharia, nos termos da Cláusula 34.2.3 do CONTRATO.	Média	Diária
PLANO DE INVESTIMENTOS E EXECUÇÃO DAS OBRAS DO SAR-PCJ			
8.	Não apresentar, corrigir e/ou reapresentar o PLANO DE INVESTIMENTOS, nos termos do CONTRATO e ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.	Grave	Diária
9.	Não concluir as OBRAS DO SAR-PCJ nos prazos previstos no ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.	Gravíssima	Semanal
10.	Não apresentar os relatórios trimestrais contendo as principais informações de andamento das OBRAS DO SAR-PCJ, nos termos do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.	Grave	Semanal
11.	Não concluir as correções indicadas nas OBRAS DO SAR-PCJ pelo CERTIFICADOR INDEPENDENTE, nos termos da Cláusula 9.11.5 do CONTRATO.	Grave	Semanal
12.	Não adotar as medidas necessárias à recuperação de passivos ambientais indicados no RELATÓRIO DE PASSIVOS AMBIENTAIS aprovados pela ARSESP.	Grave	Diária

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

13.	Deixar de atender às especificações mínimas para as OBRAS DO SAR-PCJ previstas no ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS – por ocorrência.	Grave	Por ocorrência
14.	Deixar de atender às especificações mínimas para as obras do Centro de Controle Operacional (CCO) previstas no ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS – por ocorrência.	Grave	Por ocorrência
OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS			
15.	Deixar de informar por escrito ao PODER CONCEDENTE e à ARSESP, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quando viável, a ocorrência de evento que impacte a prestação dos SERVIÇOS, bem como qualquer ocorrência anormal ou acidentes que se verifiquem no local dos SERVIÇOS, independentemente de comunicação verbal, que deve ser imediata.	Média	Por ocorrência
16.	Não contratar o CERTIFICADOR INDEPENDENTE e o VERIFICADOR INDEPENDENTE nos termos dispostos no CONTRATO e ANEXOS.	Grave	Diária
17.	Deixar de realizar o pagamento devido ao CERTIFICADOR INDEPENDENTE ou ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, salvo se o pagamento não tenha sido realizado com base em regra prevista no contrato firmado entre as partes.	Grave	Mensal
18.	Deixar de manter ou de exigir que seus contratados mantenham a regularidade perante os conselhos profissionais e demais entidades de fiscalização competentes	Média	Semanal
19.	Não transferir ao PODER CONCEDENTE a titularidade das áreas desapropriadas, ao final dos processos judiciais e/ou administrativos que versem sobre as desapropriações e instituição de servidões administrativas, necessárias à realização	Média	Semanal

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

	dos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO.		
20.	Não apresentar os PLANOS TÉCNICOS E OPERACIONAIS nos prazos e termos previstos no ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.	Grave	Mensal
21.	Não corrigir, revisar ou manter atualizados os PLANOS TÉCNICOS E OPERACIONAIS, nos prazos e termos previstos no ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.	Grave	Por ocorrência
22.	Não apresentar o RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DE RISCOS CLIMÁTICOS nos prazos e termos previstos no ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.	Grave	Mensal
23.	Não apresentar, corrigir, revisar ou manter atualizado o PLANO DE OPERAÇÃO DA GESTÃO do SAR-PCJ, nos termos do CONTRATO e ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.	Gravíssima	Mensal
24.	Não adotar as medidas necessárias para transferência de titularidade das licenças ambientais e das demais obrigações ambientais.	Grave	Mensal
25.	Deixar de cumprir exigências estabelecidas nas licenças ambientais e de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.	Grave	Por ocorrência
26.	Deixar de obter ou de manter vigentes as licenças ambientais exigidas pela legislação ambiental para a implantação das OBRAS DO SAR-PCJ e para a operação dos SERVIÇOS.	Grave	Por ocorrência
27.	Deixar de informar à ARSESP, a cada 6 (seis) meses, a lista dos contratos firmados com terceiros que envolvam a subcontratação de serviços relacionados às OBRAS DO SAR-PCJ, à prestação dos SERVIÇOS e às RECEITAS ACESSÓRIAS, indicando o nome da	Leve	Por ocorrência

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

	empresa contratada, a descrição resumida de seu objeto e o valor do contrato.		
28.	Manter o Centro de Controle Operacional (CCO) inoperante por período igual ou superior a 48 (quarenta e oito) horas.	Grave	Diária
29.	Interromper a prestação dos SERVIÇOS fora das hipóteses de interrupções programadas, nos termos do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.	Gravíssima	Diária
30.	Não realizar a medição, o faturamento e/ou a cobrança do PREÇO DE FORNECIMENTO, nos termos do CONTRATO DE FORNECIMENTO e do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.	Grave	Diária
31.	Não realizar a instalação dos macromedidores, nos termos do CONTRATO DE FORNECIMENTO e do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.	Grave	Diária
32.	Não realizar a manutenção e/ou a substituição dos macromedidores, nos termos do CONTRATO DE FORNECIMENTO e do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.	Grave	Diária
33.	Não indicar, nas faturas encaminhadas ao USUÁRIO ou OPERADOR DE SANEAMENTO, eventuais faturas inadimplidas, até que o pagamento correspondente seja realizado.	Grave	Mensal
34.	Não implementar medidas de recuperação de crédito para reaver o pagamento de USUÁRIOS e/ou OPERADORES DE SANEAMENTO inadimplentes.	Grave	Mensal
35.	Não fornecer o volume demandado pelos OPERADORES DE SANEAMENTO, nos termos dos respectivos CONTRATOS DE FORNECIMENTO, fora das hipóteses de excludentes de responsabilidade, previstas no CONTRATO DE CONCESSÃO.	Gravíssima	Mensal

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

ESTRUTURA JURÍDICA DA CONCESSIONÁRIA E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E FINANCEIRAS DA CONCESSIONÁRIA			
36.	Alterar a estrutura, alienar ações da CONCESSIONÁRIA ou praticar qualquer conduta similar de modo que resulte alteração efetiva do seu CONTROLE acionário ou do poder de direção sem anuência prévia da ARSESP, exceto no caso de administração temporária pelos FINANCIADORES.	Gravíssima	Por ocorrência
37.	Constituir como garantia dos financiamentos contratados ou como contragarantia de operações vinculadas ao cumprimento das obrigações decorrentes do CONTRATO as ações correspondentes ao CONTROLE da CONCESSIONÁRIA, sem prévia e expressa autorização da ARSESP, ou em desacordo com a autorização concedida, quando assim exigido no CONTRATO	Gravíssima	Por ocorrência
38.	Não adotar ou manter em vigor, até a extinção do CONTRATO DE CONCESSÃO, seu objeto social restrito à exploração do objeto do CONTRATO DE CONCESSÃO na forma de Sociedade de Propósito Específico.	Grave	Diária
39.	Não obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, sobretudo quanto às transações com PARTES RELACIONADAS, de acordo com o previsto no CONTRATO e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Legislação Societária Brasileira (Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações) e nas Normas Contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.	Média	Por ocorrência
40.	Não contratar a realização de auditoria independente e/ou deixar de apresentar à ARSESP, no prazo definido no CONTRATO, as demonstrações contábeis devidamente auditadas por empresa de auditoria independente nos termos do CONTRATO DE	Média	Mensal

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

	CONCESSÃO		
41.	Não integralizar o capital social nos termos do CONTRATO.	Grave	Diária
42.	Reduzir o capital social abaixo dos valores mínimos estabelecidos nas Cláusula 30.4 e 30.5 do CONTRATO, conforme o caso, sem anuência prévia da ARSESP.	Grave	Diária
43.	Não manter as condições de habilitação técnica, jurídica, fiscal e/ou econômico-financeira apresentadas na licitação, exigíveis de acordo com o momento da execução contratual e a proporcionalidade com as obrigações remanescentes da CONCESSIONÁRIA.	Grave	Mensal
44.	Não implantar Política de Transações com Partes Relacionadas, no prazo previsto do CONTRATO.	Média	Semanal
45.	Não implantar Programa de Integridade, no prazo previsto no CONTRATO.	Média	Semanal
46.	Descumprir a Política de Transações com Partes Relacionadas e/ou o Programa de Integridade.	Grave	Por ocorrência
47.	Deixar de encaminhar à ARSESP, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do envio ou recebimento, cópia de quaisquer comunicações enviadas ou recebidas de FINANCIADORES a respeito de eventos materialmente relevantes aos SERVIÇOS ou aos financiamentos contratados pela CONCESSIONÁRIA.	Grave	Por ocorrência
48.	Deixar de dar conhecimento à ARSESP das condições do financiamento e dos instrumentos jurídicos que assegurem a execução do objeto deste CONTRATO.	Leve	Por ocorrência

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

49.	Não submeter à prévia e expressa autorização da ARSESP a prática dos atos indicados no CONTRATO como dependentes de anuência prévia da ARSESP ou praticá-los em desacordo com a autorização concedida.	Gravíssima	Por ocorrência
50.	Não comunicar à ARSESP a prática dos atos que devem ser objeto de comunicação em até 15 (quinze) dias depois de consumados, nos termos do CONTRATO.	Leve	Por ocorrência
51.	Deixar de apresentar, em até 45 (quarenta e cinco) dias contados do encerramento de cada trimestre civil, as demonstrações contábeis em conformidade com a legislação societária, bem como os balancetes mensais de fechamento, devidamente assinados pelo contador responsável.	Leve	Mensal
52.	Não divulgar informações financeiras e contábeis na forma prevista na legislação em vigor.	Grave	Por ocorrência
53.	Não cumprir as diretrizes, normas, especificações, regulamentos, índices e parâmetros estipulados em CONTRATO e ANEXOS.	Grave	Por ocorrência
54.	Não apresentar, até 30 de abril de cada ano, atendendo às disposições da Lei Federal nº 6.404/76 e da Lei Federal nº 11.638/07, as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro do ano imediatamente anterior, incluindo, dentre outros documentos, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, a Demonstração de Resultados do Exercício, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as notas explicativas do Balanço Patrimonial, parecer e Papéis de Trabalho dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal da CONCESSIONÁRIA, se existente, e ainda, caso a CONCESSIONÁRIA seja Companhia Aberta, a Demonstração de Valor Adicionado.	Grave	Por ocorrência

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

55.	Não apresentar, até 31 de agosto de cada ano, relatório auditado de sua situação contábil, incluindo, dentre outros documentos, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados, correspondentes ao semestre encerrado em 30 de junho do respectivo ano	Grave	Por ocorrência
56.	Deixar de apresentar à ARSESP, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, todos e quaisquer esclarecimentos, documentos, informações pertinentes à CONCESSÃO, inclusive contratos e acordos de qualquer natureza firmados com terceiros e quitações legalmente exigidas de todo e qualquer encargo que se referir aos serviços de operação e outros de sua responsabilidade (inclusive contribuições devidas ao INSS, FGTS, bem como taxas e impostos pertinentes).	Leve	Por ocorrência
57.	Não informar o PODER CONCEDENTE e a ARSESP, quando citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo, que possa implicá-los em decorrência de questões ligadas ao CONTRATO.	Média	Por ocorrência
58.	Deixar de atender às solicitações da PODER CONCEDENTE quanto à substituição dos colaboradores alocados, no prazo fixado pelo PODER CONCEDENTE, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução dos SERVIÇOS.	Média	Diária
59.	Empregar elementos de divulgação contendo informações que possam induzir o público ao erro.	Leve	Por ocorrência
60.	Praticar atos de desobediência ou oposição à ação da fiscalização.	Grave	Diária
61.	Não pagar o valor devido à ARSESP e à SP ÁGUAS a título de ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO.	Grave	Mensal

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

62.	Explorar RECEITAS ACESSÓRIAS em desacordo com as regras do CONTRATO e do ANEXO 12 – RECEITAS ACESSÓRIAS.	Grave	Mensal
BENS REVERSÍVEIS			
63.	Não elaborar o INVENTÁRIO de BENS REVERSÍVEIS.	Grave	Semanal
64.	Não manter atualizado o INVENTÁRIO de BENS REVERSÍVEIS, nos termos do CONTRATO e do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.	Grave	Por ocorrência
65.	Não registrar na contabilidade da CONCESSIONÁRIA os BENS REVERSÍVEIS, incluindo sua distinção em relação aos bens privados.	Grave	Mensal
66.	Utilizar ou disponibilizar, a qualquer título, os BENS REVERSÍVEIS fora das hipóteses previstas no CONTRATO.	Grave	Por ocorrência
67.	Tentativa ou consumação de fraude no INVENTÁRIO de BENS REVERSÍVEIS.	Gravíssima	Por ocorrência
68.	Alienar, transferir ou constituir ônus sobre, de qualquer natureza, os BENS REVERSÍVEIS, sem a anuência prévia da ARSESP.	Gravíssima	Por ocorrência
69.	Não reverter os BENS REVERSÍVEIS ao PODER CONCEDENTE ou à SUCESSORA, na extinção do CONTRATO.	Gravíssima	Por ocorrência
70.	Não mencionar expressamente a vinculação à CONCESSÃO, nos negócios jurídicos da CONCESSIONÁRIA que envolvam os BENS REVERSÍVEIS.	Leve	Por ocorrência
71.	Distribuir qualquer valor ou patrimônio entre os acionistas da SPE antes de a ARSESP	Gravíssima	Por ocorrência

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

	atestar que os bens revertidos se encontram em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção, livres de quaisquer ônus ou encargos e que esteja plenamente assegurado o pagamento das importâncias devidas ao PODER CONCEDENTE, a título de indenização ou qualquer outro título.		
72.	Não apresentar PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO, nos termos do CONTRATO.	Grave	Semanal